

AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA ____ VARA CÍVEL DA COMARCA DE

NOME DO(A) AUTOR(A): _____

NACIONALIDADE: _____

ESTADO CIVIL: _____

PROFISSÃO: _____

CPF: _____

RG: _____

ENDEREÇO COMPLETO: _____

CEP: _____ TELEFONE: _____

E-MAIL: _____

NOME DO(A) RÉU(RÉ): _____

CNPJ/CPF: _____

ENDEREÇO COMPLETO: _____

I – DOS FATOS

O(A) Autor(a) vem perante este juízo propor a presente AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS, em face do(a) Réu(Ré), pelos fatos e fundamentos a seguir expostos.

O(A) Autor(a) foi surpreendido(a) com a inscrição de seu nome nos cadastros de restrição ao crédito, realizada pelo(a) Réu(Ré), referente a suposta dívida que jamais contraiu ou reconheceu, configurando negativação indevida.

Tal inscrição indevida causou graves transtornos à sua vida pessoal e profissional, pois impossibilitou o acesso ao crédito e gerou abalo à sua reputação, situação esta que enseja a presente demanda para a declaração de inexistência do débito e a reparação pelos danos morais sofridos.

II – DO DIREITO

A negativação indevida configura violação aos direitos do consumidor, conforme dispõe o artigo 43, § 2º, do Código de Defesa do Consumidor, que estabelece que a inclusão indevida em cadastros de inadimplentes gera o dever de indenizar.

Nos termos do artigo 186 do Código Civil, aquele que causar dano a outrem por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência,

comete ato ilícito, ficando obrigado a reparar o dano.

No caso em tela, o(a) Autor(a) não possui qualquer débito com o(a) Réu(Ré), razão pela qual a inscrição realizada é manifestamente indevida, devendo ser declarada a inexistência do débito e removida a restrição de crédito imediatamente.

III – DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer:

1. A citação do(a) Réu(Ré) para, querendo, contestar a presente ação, sob pena de revelia e confissão;
2. A declaração judicial da inexistência do débito objeto da negativação indevida;
3. A condenação do(a) Réu(Ré) à imediata exclusão do nome do(a) Autor(a) dos cadastros de restrição ao crédito (Serasa, SPC, etc.);
4. A condenação do(a) Réu(Ré) ao pagamento de indenização por danos morais, em valor a ser arbitrado por Vossa Excelência;
5. A condenação do(a) Réu(Ré) ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios;
6. A produção de todas as provas admitidas em direito, especialmente documental, testemunhal e pericial, se necessário;
7. A concessão dos benefícios da justiça gratuita, caso preenchidos os requisitos legais;

IV – DO VALOR DA CAUSA

Dá-se à causa o valor de R\$ _____ (valor estimado para efeitos legais).

Nestes termos,
Pede deferimento.

_____, _____
Local

Advogado(a)
OAB/___ Nº _____

Fonte original deste documento:

<https://modelos-br.com/negativacao-indevida/>

Este modelo foi útil para você?

Confira outros modelos atualizados em:

<https://modelos-br.com>

Mais modelos

Este modelo é destinado exclusivamente para uso pessoal e não comercial.
Ao compartilhar ou publicar, a citação da fonte é obrigatória.

Este modelo tem caráter meramente orientativo e não constitui aconselhamento jurídico.
Recomenda-se consultar um profissional qualificado para casos específicos.